

RESUMO EXPANDIDO - EIXO 4 - DIREITOS HUMANOS, GOVERNANÇA E
POLÍTICAS PÚBLICAS

**O DIREITO PENAL MILITAR E O USO DE ARMAS QUÍMICAS EM
CONFLITOS: A IMPLEMENTAÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS EM
ÁREAS DE GUERRA**

Isadora Brandão Dos Santos (isadorabrandao.dir@gmail.com)

O artigo “O Direito Penal Militar e o Uso de Armas Químicas em Conflitos: A Implementação de Normas Internacionais em Áreas de Guerra” analisa criticamente a aplicação das normas internacionais que proíbem o uso de armas químicas, destacando o papel do Direito Penal Militar na responsabilização de agentes que violam essas disposições. O objetivo principal é investigar como as normas internacionais, especialmente a Convenção sobre Armas Químicas (CWC), são incorporadas aos sistemas jurídicos militares nacionais, identificando os desafios e propondo soluções para a sua efetiva implementação. A metodologia utilizada foi qualitativa, com base em revisão bibliográfica e documental, analisando tratados internacionais, legislações nacionais, jurisprudência e estudos de casos. Os resultados apontam para a existência de lacunas significativas na harmonização legislativa, que dificultam a persecução penal de militares envolvidos no uso de armas químicas, bem como obstáculos práticos relacionados à coleta de provas em zonas de conflito, que requerem perícia especializada e recursos tecnológicos avançados. Além disso, destaca-se a necessidade de capacitação técnica dos operadores do Direito Penal Militar e o fortalecimento de mecanismos de controle interno e externo para superar a interferência política,

que frequentemente compromete a independência das investigações e julgamentos. O estudo conclui que a efetiva aplicação das normas internacionais sobre armas químicas no âmbito militar depende de uma abordagem integrada, que envolva a harmonização legislativa, a cooperação internacional, o desenvolvimento de capacidades técnicas e a mobilização da sociedade civil. Tais medidas são indispensáveis para garantir a responsabilização dos agentes, prevenir novas violações e proteger a dignidade humana em contextos de guerra.

Palavras-chave: direito penal militar; armas químicas; direito internacional humanitário.